



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Ofício GAB-SPR/GAB-PRES nº 985/2022

Brasília, 08 de março de 2022.

Telegram Messenger Inc

Sr. PAVEL DUROV

Araripe & Associados S/C LTDA

Rua da Assembleia, nº 10, Grupo 3710

Rio de Janeiro/RJ

CEP 20011-901

Assunto: **Cooperação - Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação da Justiça Eleitoral**

Prezado Senhor,

O Tribunal Superior Eleitoral, em sua tarefa de assegurar a legitimidade das eleições brasileiras e o direito da cidadania a informações adequadas, tem firmado parcerias com diversas plataformas digitais, no âmbito de seu Programa Permanente de Enfrentamento à Desinformação.

Essas parcerias, em associação com estratégias tendentes à redução dos efeitos nocivos da desinformação e à disseminação massiva de dados e informações oficiais, têm o sentido de preservar a integridade dos pleitos nacionais, mediante a identificação e o tratamento de comportamentos inautênticos e práticas comunicativas realizadas com descumprimento das balizas ditadas pelo ordenamento brasileiro.

Dentro dessa perspectiva, os acordos em questão propiciam, subjacentemente, a abertura de canais para um diálogo direto e profícuo, necessário para garantir que a transgressão generalizada e sistemática dos limites da liberdade de expressão, notadamente na senda das práticas desinformativas e disseminadoras de ódio, não comprometa a eficácia do Estado de Direito, por meio da demissão do direito posto.

Assim sendo, com o fim de prestigiar, nesta abordagem inicial, o diálogo e atuação colaborativa, venho, por meio deste, insistir na solicitação encaminhada em 16 de dezembro de 2021 (ofício GAB-SPR nº 5605/2021), por meio da qual se propôs a adoção de estratégias de cooperação entre o Telegram e o TSE, voltadas ao enfrentamento da crescente problemática da desinformação no Brasil e a conter seus impactos sobre o processo eleitoral.

Cordialmente,

LUIZ EDSON FACHIN
PRESIDENTE



Documento assinado eletronicamente em **08/03/2022, às 20:37**, horário oficial de Brasília, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida em https://sei.tse.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=1954998&crc=B8B9F37B, informando, caso não preenchido, o código verificador **1954998** e o código CRC **B8B9F37B**.